

FILOSOFIA – VOLUME 2

RESOLUÇÕES – EXERCITANDO EM CASA

AULA 11

- 01. B**
Originariamente, proposta para o estudo das várias questões inerentes à melhoria da qualidade de vida em sociedade, a bioética não demorou a entrar no âmbito de debates acadêmicos e científicos. Em verdade, atribui-se a Singer e sua obra *Animal Liberation*, de 1975, o mérito de colocar em debate os aspectos inerentes não apenas ao uso de animais em experimentos laboratoriais, mas também do real papel que esses teriam dentro de uma sociedade tradicionalmente especista. Define-se especismo como a prática daqueles que atribuem um peso maior aos interesses de membros de sua própria espécie, quando em situações de choque com interesses de outra. Singer propõe um novo conceito, que reside na alegação de que discriminar seres somente com base em sua espécie é uma forma de preconceito imoral e indefensável, da mesma maneira que é imoral e indefensável a discriminação com base na raça.
- 02. E**
A questão das células-tronco embrionárias constitui-se como um problema de Bioética. Sendo assim, ela envolve diversas áreas do saber, seja a medicina, a biologia, a filosofia, o direito, como também a religião e a política. Esse tipo de ação do ser humano sobre a natureza exige concepções e consensos que ultrapassam o limite do que é puramente “científico”.
- 03. A**
Há na Bioética uma necessidade de um julgamento moral a respeito do que a pesquisa científica faz sobre os corpos e sobre as vidas humanas.
- 04. E**
A bioética corresponde a um campo de investigação interdisciplinar que procura estabelecer diretrizes éticas para os estudos relacionados à questão da vida. Tais diretrizes acabam por apresentar em questão uma pretensa autoridade científica, segundo a qual a ciência não pode sofrer influências externas. O uso das novas tecnologias em experiências sobre o corpo humano acaba por demonstrar que até mesmo os estudos científicos necessitam de regras de condutas e de abordagens éticas.
- 05. B**
A tecnologia moderna não somente deu ao homem novas possibilidades de vida, mas também ameaça sua própria existência. Assim é que, para garantir a sobrevivência de gerações futuras, o homem contemporâneo deve ter como princípio a responsabilidade por suas escolhas.
- 06. D**
O debate suscitado pelo texto base relaciona a Bioética como um conjunto de pesquisas, de discursos e práticas que podem relacionar Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Filosofia e Direito para esclarecer e resolver questões éticas suscitadas pelos avanços e a aplicação das novas tecnociências. (...) é o estudo das condições necessárias para uma administração responsável da Vida Humana, animal, responsabilidade ambiental ou da legitimidade do domínio da natureza pelo homem.
- 07. E**
Hans Jonas refere-se à autêntica vida futura, e não apenas imediata.
- 08. E**
Peter Singer defende a ideia de que todos os seres vivos capazes de sofrer têm os mesmos direitos.
- 09. E**
Usando Kant como referência, Jonas propõe um novo imperativo para a reflexão da ação, um imperativo que inclua a responsabilidade pela biosfera. Assim, o novo imperativo deveria ser estabelecido mais ou menos desta forma: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”.
- 10. D**
A patologização da vida, ou seja, transformar uma característica humana em doença ou desordem é prática muito comum na ciência, sobretudo, para que se possa estudar melhor tal aspecto, explicada e/ou evidenciada pela bioética.

AULA 12

- 01. A**
“Nos tempos modernos, pelo contrário, o ideal científico, físico, do conhecimento passa a determinar o conhecimento metafísico”. Sendo a metafísica uma preocupação filosófica, percebe-se que, na modernidade, o conhecimento científico determina o conhecimento filosófico. Entretanto, isso não significa a morte da filosofia, mas somente uma clarificação da sua submissão à racionalidade científica.
- 02. E**
Apesar da diferença entre filosofia e ciência não ser unânime entre as diversas correntes filosóficas. A concepção adotada na questão é de considerar a Filosofia como sendo radical, rigorosa e possuidora de visão de conjunto. Radical por se preocupar com as raízes dos problemas, rigorosa pelo seu método de indagação racional e possuidora de visão de conjunto por procurar preservar a noção de totalidade. A ciência, em contrapartida, é vista como radical (por também procurar a raiz dos problemas), sistemática (pelo seu método científico) e particularista (pela sua divisão interna entre

diversas áreas científicas, como a matemática, biologia, sociologia, etc).

03. C

A visão de Galileu Galilei acompanha o pensamento renascentista, que não se baseia na religião para a explicação das causas e do universo, mas coloca a razão como instrumento principal do conhecimento. Tal conhecimento exigiria uma linguagem adequada (a matemática) e um método (a experimentação).

04. D

Karl Popper critica a ideia de que a ciência deve se basear em métodos indutivos. Ele afirma claramente, no texto do enunciado, que tal método não é logicamente plausível.

05. D

Para distinguir a ciência das outras formas de conhecimento, Popper utiliza-se do critério de falseabilidade. Para ele, toda teoria científica é passível de ser refutada. Os enunciados metafísicos, em contrapartida, não possuem tal característica e, por isso, não são considerados científicos.

06. C

Somente a alternativa C está correta. O saber científico constitui-se como a principal fonte de conhecimento da modernidade. Entretanto, os estudos contemporâneos a respeito da ciência demonstram como esta não é capaz de produzir um conhecimento puro, livre de interesses econômicos. A própria crítica da indústria cultural e as análises que relacionam ciências com ideologia demonstram como a ciência se articula com a própria estrutura de produção da vida material na sociedade capitalista.

07. B

A ciência progride porque ela contém em si os meios, mediante os quais o paradigma "racha", permitindo o salto para um outro sendo esta, justamente, a função da revolução. O que Kuhn propõe é, precisamente, um progresso que se faz mediante a revolução. Que não acontece de forma linear nem muito menos cumulativa.

08. D

Duas descobertas foram fundamentais para a queda do otimismo acerca das verdades científicas: a descobertas das geometrias não euclidianas, que modificou a forma de se compreender o espaço, e a criação da Teoria da Relatividade por Albert Einstein, que reformulou a física newtoniana.

09. A

Segundo Popper, a característica principal da produção científica é a refutabilidade. Uma teoria que segue forte na medida em que resiste à refutação. Essa reformulação é diferente daquela proposta por Thomas Kuhn, que analisa a produção científica mediante a noção de paradigma.

10. A

Ao contrário de Popper, que pensa a ciência a partir da noção de refutabilidade, Kuhn desenvolve a noção de paradigma para explicar o desenvolvimento científico.

AULA 13

01. B

No texto em questão, o autor se refere ao problema da governança confundir ou até atravessar as esferas pública e privada dominando os cidadãos através de discursos que buscam domesticar e higienizar a ação humana através do "científico", ou da "saúde pública".

"O Estado-Cientista, forma privilegiada da autoridade soberana dos países industrializados, organiza-se como estrutura total da sociedade. Pretende ser uma síntese entre os três níveis constitutivos das coletividades: o domínio privado, a atividade econômica e a ordem estatal. A dominação política penetra a realidade até constituí-la. Fortalecida por seu aparelho técnico-científico e industrial, ela impõe seu poder, fabricando o tempo e o espaço, construindo a terra e o céu."

(F. Châtelet. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 332)

Para lembrarmos a principal referência do texto citado na questão,

"Em sua maravilhosa descrição de um futuro maníaco por saúde e felicidade, Huxley diagnostica a grande insuspeita vítima do novo totalitarismo do bem: a morte da liberdade em nome da felicidade limpinha do mundo. O governo deveria deixar as pessoas sentirem o gosto que quiserem em suas bocas."

(Luiz Felipe Pondé, "**Gosto que cada um sente na boca não é da conta do governo**". Folha de S. Paulo, em: 14 mar. 2012)

02. C

O rei, como um dirigente, não tem um poder opressor ou dominador sobre os súditos e não é necessário em todas as decisões, mas somente naquelas que envolvem interesses coletivos. As ações devem considerar aquilo que é melhor para o reino, tem a função de dirigir, orientar, o que não implica uma imposição de sua vontade aos súditos.

03. A

É muito difícil afirmar com nitidez que a democracia antiga é melhor que a moderna. Muito mais complicado é racionalizar essa superioridade através do modo de participação do cidadão nos procedimentos deliberativos. Evidentemente, o cidadão democrata dos regimes antigos participava diretamente das deliberações, todavia isso não significava de modo algum que suas vontades, seus desejos, seus anseios eram satisfeitos, muito menos que as melhores vontades, os melhores desejos e os anseios mais importantes eram priorizados. É claro, também,

que o cidadão de democracia moderna possui uma relação mediana com o poder e tem parte de sua liberdade limitada, porém a representação possui por definição, devido à Constituição, uma relação direta com a necessidade de representar as vontades, os desejos e os anseios mais importantes da sociedade. Logicamente, o funcionamento da democracia moderna é problemático, entretanto isso não significa que o modo de participação do cidadão seja pior do que o modo de participação do cidadão nas democracias antigas. Atenas era uma democracia extremamente problemática e não estava nem perto de ser perfeita.

04. D

Importante filósofo, político e escritor francês, Montesquieu é considerado um dos principais filósofos do Iluminismo. Montesquieu era contra o absolutismo monárquico, entre as suas principais críticas estava a concentração do poder nas mãos do rei. Nesse sentido, defendia a tripartição dos poderes políticos baseado na independência e harmonia entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

05. D

Aristóteles era pertencente à aristocracia e com isto defendia um sistema de pensamento que considerava a escravidão algo natural. Para ele, cada ser, somente poderia realizar-se em plenitude, seguindo suas aptidões naturais, isto é, seguindo uma natureza que lhes seria própria, assim, Aristóteles realizou a divisão da sociedade em classes. Nesta sociedade idealizada: a classe dos comerciantes era responsável por prover a cidade daquilo que fosse necessário para a sobrevivência; a classe dos guerreiros era responsável por proteger a cidade e a classe dos administradores que tinha como função determinar os melhores rumos para a realização de todos os habitantes da cidade de acordo com suas aptidões naturais. Assim, Aristóteles comparava o escravo a um bem, um instrumento, não sendo diferenciado dos animais, não sendo nem ao menos enquadrado em seu sistema de classes. Uma vez que a escravidão estava garantida, segundo a concepção deste autor, o senhor, o dono do escravo, poderia dedicar-se a atividades próprias aos cidadãos, aos homens livres, ou seja, colaborar para o desenvolvimento pleno da cidade.

06. B

Desde a sua entrada definitiva nos lares dos brasileiros, a televisão tem cumprido um importante papel de divulgação de informação e de produção de opinião pública. Na história do País, ela já legitimou governos e, mais recentemente, foi fundamental para a divulgação de esquemas de corrupção e de escândalos administrativos.

07. C

Em seu texto P. Valery trata de dois momentos da política. O primeiro demonstra o impedimento da

participação das pessoas comuns na tomada de decisões como na monarquia, por exemplo, em que a política era monopolizada nas mãos do rei. Já no segundo, há um crescimento da participação dos indivíduos, mas estes não têm acesso aos assuntos que lhes dizem respeito. Essa característica se dá, devido ao tradicional controle de uma minoria na esfera de decisão.

08. D

A democracia representa um “regime político em que a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto de cidadãos”. Dessa maneira, ela é associada à charge como uma vacina perfeita contra o despotismo, pois assinala a importância da manutenção de direitos políticos a todos os cidadãos.

09. B

Segundo o texto de Montesquieu, a liberdade política presente na democracia está condicionada à obediência das leis. O autor acreditava que se não existissem leis os cidadãos interfeririam na liberdade um do outro. O que justifica a alternativa B.

10. B

As informações concedidas pelos meios de comunicação são fundamentais para a manutenção da democracia, pois, se houvesse uma interferência de governos na comunicação, haveria violação da liberdade de expressão.

AULA 14

01. B

Liberdade, no entender de Hobbes, é ausência de obstáculos externos às ações que contribuem para a preservação da vida. De acordo com o Capítulo XIV do *Leviatã*, a liberdade é um direito, e opõe-se à lei. Estamos diante da condição humana, isto é, diante do estado natural, no âmbito dos apetites e dos desejos primários do homem, e não diante de alguma qualidade intrínseca específica do homem.

02. B

Ao defender um modelo democrático, Rousseau inspirou principalmente os grupos populares, destacando-se o grupo jacobino, que incorporou muitos de seus ideais durante a fase da Convenção, quando ocorreram eleições como voto popular (masculino), ao contrário do que defendiam os setores mais elitizados da sociedade, favoráveis, como a maioria dos iluministas, ao voto censitário.

03. E

Trata-se do conteúdo do pensador contratualista Thomas Hobbes, mais especificamente sobre a relação entre o estado de natureza e a guerra de todos contra todos, característica deste “momento” da história humana. A alternativa E mostra claramente esta relação, discorrendo de

modo breve e pertinente sobre a sinonímia entre a natureza e a guerra.

04. A

O homem civil, segundo o texto de Rousseau, corresponde àquele que, desviando de sua própria natureza, se torna um indivíduo relacional à comunidade política. Se fizéssemos um exercício de completa abstração e pensássemos unicamente a partir do ponto de vista do “homem natural”, então poderíamos dizer que a sua “transformação” em homem civil seria um desvio. Porém, Rousseau não dá a entender que tal passagem para a vida civil seja simplesmente um artifício, um desvio da rota natural. Segundo um trecho de sua obra, *Contrato Social*, a passagem é inevitável para a própria conservação do homem e, portanto, um tanto natural, isto é, ela se cria pelo movimento da própria natureza do homem.

05. E

O contrato social se estabelece de maneiras distintas dependendo de cada teórico, porém não há em nenhuma das grandes teorias uma noção de “acordo tácito”. Justamente o contrário, as teorias expressam aquilo que os homens deliberam racionalmente e elas também explicitam que a melhor opção para a generalidade seja a conjunção da espécie sob uma ordem comum. De modo que o contrato social expõe algo muito diferente do pensamento de Calvin, pois não afirma de modo algum que o uso da força deva ser feito livremente e moderado pela natureza.

06. A

Segundo Hobbes, os homens, no estado de natureza, vivem em guerra de todos contra todos. Uma vez que não há um poder que mantenha a todos em respeito, o mais racional é atacar o outro, seja para destruí-lo ou para preservar-se do seu ataque. Vale ressaltar que apesar de serem “tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito”, os homens não são absolutamente iguais em relação uns aos outros.

07. B

O contrato social marca a passagem do estado de natureza do homem para o estado civil. Com isso, o homem ganha a liberdade civil e pode agir conforme a sua liberdade, também civil, segundo princípios racionais de justiça e moralidade.

08. D

Para Rousseau o soberano é o povo, entendido como vontade geral, pessoal moral e coletiva livre e corpo político de cidadãos. Os indivíduos, pelo contrato, criaram-se a si mesmos como povo e é a este que transferem os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Assim sendo, o governante não é soberano, mas sim o representante da soberania popular.

09. D

O Estado surge a partir do contrato que cria o poder soberano, onde os súditos se submetem como forma de estarem protegidos de morte violenta, que é própria do estado de natureza dos homens.

10. B

Aquilo que faz reconhecer o homem como um ser superior capaz de autonomia e liberdade é a superação a toda arbitrariedade submetendo-se a uma lei que ele se erga acima de si mesmo. O homem é livre na medida em que dá consentimento à lei por considerá-la válida e necessária.

AULA 15

01. B

A concepção de John Locke sobre propriedade é geralmente considerada estar entre uma de suas maiores contribuições para o pensamento político, mas é também um dos aspectos mais criticados de seu pensamento. Existem debates importantes sobre o que exatamente Locke desejava alcançar com a sua teoria. Uma linha de raciocínio, por exemplo, poderia supor que Locke é um defensor de uma acumulação capitalista irrestrita. Outra, já poderia supor que Locke inclui um dever de caridade por parte daqueles que possuem riquezas, restringindo desta maneira a acumulação. É uma leitura difícil, porém, é consensual que a propriedade provém do trabalho e que o trabalho é a única justificativa da posse.

02. D

O pensamento de Locke é reconhecido como a fundação da tradição liberal. Nesta questão, dois conceitos fundamentais dessa tradição são articulados, a saber, o conceito de liberdade e o conceito de propriedade. E, para ser livre, há a necessidade de regular e restringir a própria liberdade total, apenas assim é possível à fruição tranquila da propriedade.

03. C

Hobbes pensa no Estado com um ente soberano, sobre todos os cidadãos, é associado ao absolutismo, e Locke defende a propriedade privada e os direitos do indivíduo acima do Estado, ao liberalismo.

04. E

Locke considera o legislativo o poder supremo, ao qual deve se subordinar tanto o executivo quanto o poder federativo, assim, entende-se que o poder do Estado está fundamentado nas instituições políticas, e não no arbítrio dos indivíduos.

05. C

O Estado de Natureza é uma condição que na qual, pela falta de uma normatização geral, cada qual seria juiz de sua própria causa, o que levaria ao surgimento de problemas nas relações entre os homens, ou seja, o estado de guerra. Para

evitar este problema, o Estado seria criado e sua função seria garantir a segurança dos indivíduos e de seus direitos naturais, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade e aos bens necessários para a sua conservação garantidos pelo trabalho.

06. D

O texto nos oferece alguns, mas não todos os elementos para respondermos à questão. O Estado de Natureza não é um estado de absoluta licenciosidade, nem de perfeita concórdia ou perfeita paz, mas nem por isso é um estado de guerra e de transgressões. Ele é caracterizado pela ausência de um juiz parcial e, por isso, está nas mãos de todos os homens a execução das leis de toda natureza para a garantia da paz e harmonia. Sendo assim, somente a alternativa D está correta.

07. A

A alternativa A é incorreta. Esta corresponde à visão de Thomas Hobbes a respeito do estado de natureza, e não à de John Locke, que está apresentada nas alternativas B e C.

08. B

Na teoria liberal de John Locke, o direito natural à propriedade privada ganha importância fundamental. Esse direito deve ser garantido pelo Estado, não significando que este deva dar propriedade a todos os seus cidadãos, mas somente garantir a possibilidade de tê-las e mantê-las. Segundo essa visão liberal, é através do trabalho que o homem pode adquirir tais propriedades.

09. E

Locke faz distinção entre público e privado e sociedade política e sociedade civil como uma forma de determinar a importância da propriedade privada e da liberdade individual como bem explícita.

10. D

Somente a alternativa D está correta. Nas próprias palavras de Locke: *“ainda que se tratasse de um “estado de liberdade”, este não é um “estado de permissividade”: [...] O “estado de Natureza” é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens.”*

(Locke, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Tradução de Magda Lopes e Marisa lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994).

Vale ressaltar que para Locke o estado de natureza não é somente uma hipótese lógica, mas uma possibilidade histórica.

AULA 16

01. B

O pensamento de Maquiavel sobre o comportamento do príncipe estabelece uma ética fundada a partir de um princípio distinto da ética clássica. No pensamento clássico, a ética tinha a finalidade de formar um homem com um comportamento baseado em certas virtudes, como a sabedoria, a coragem, a temperança, a prudência. Já a ética maquiavélica não busca refletir sobre a formação dos hábitos de um homem, no caso o príncipe, tendo em vista tais virtudes, mas sim tendo em vista a sua manutenção no poder. Portanto, os hábitos do príncipe não podem ser pensados de acordo com virtudes cardeais, mas sim de acordo com a experiência comum, através da qual se observa homens agindo de maneira desleal sem qualquer pudor ou respeito para com atitudes magnânimas.

02. B

Nicolau Maquiavel atrela os conceitos de *Virtù* e Fortuna. Esta relaciona-se à sorte, ao acaso, que deve ser dominado pelo Príncipe por meio da habilidade de tomar decisões flexíveis às situações, o que representa a *Virtù*.

03. C

Percebemos claramente pela passagem citada que o pensamento de Maquiavel regula de acordo com a sorte as nossas ações de todo tipo, sendo em um momento a própria sorte um árbitro e, noutro, uma preocupação com a qual nos conformamos. Agir bem é agir efetivamente perante as circunstâncias. Não por outro motivo, a história é muito importante para Maquiavel, pois é através dela que encontramos exemplos de homens que agiram efetivamente perante as adversidades e obtiveram resultados que contornaram o poder devastador da sorte. Neste contexto, *virtù* não pode ser a virtude de um homem bom como a filosofia antiga especulou, mas sim aquelas qualidades que o homem possui capazes de fazê-lo superar os eventuais percalços. No caso do Príncipe, a *virtù* constitui aquele conjunto de qualidades pessoais necessárias para a manutenção do estado e a realização de grandes feitos, mesmo que essas qualidades sejam eventualmente cruéis.

04. A

Maquiavel não partiu da Bíblia ou do Direito Romano e nem das obras de filósofos clássicos, mas da experiência real de seu tempo para construir suas teorias políticas. A compreensão destas experiências históricas e a interpretação do sentido delas o conduziram à ideia de que uma nova concepção da sociedade e da política tornara-se necessária principalmente para a Itália e para Florença. Sua obra funda o pensamento político moderno, porque busca oferecer respostas novas a uma situação histórica também nova que seus contemporâneos tentavam compreender, buscando nos autores antigos respostas que já não cabiam

nos acontecimentos que ocorriam diante de seus olhos.

A maneira melhor de entender o conceito de **fortuna** é com a questão central do estudo da ética pelos filósofos: “O que está e o que não está em nosso poder?” “Estar em nosso poder” significa a ação racional voluntária livre, própria da virtude, e “não estar em nosso poder” significa o conjunto de circunstâncias que não dependem de nós nem de nossa vontade. Maquiavel não abandonou a noção de que um governante virtuoso é aquele, cujas virtudes não sucumbem ao poderio da caprichosa e inconstante fortuna, porém, lhe imputa um sentido inteiramente novo. A **virtú** é a capacidade do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna, em outras palavras, um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá **virtú** nenhuma, assim, para ser senhor de sua sorte ou das circunstâncias deve mudar com elas, e com elas, ser volúvel e inconstante, pois somente assim saberá agarrá-las e vencê-las. Em alguns momentos, deverá ser cruel, em outras, generoso; em outras, deverá mentir, em outras, ser honrado; em certos momentos, deverá ceder à vontade dos outros, em alguns, ser inflexível. O *ethos* ou caráter do príncipe deve variar com as circunstâncias, para que sempre seja senhor delas.

A **fortuna**, diz Maquiavel, é sempre favorável a quem deseja agarrá-la. Oferece-se como um presente a todo aquele que tiver ousadia para dobrá-la e vencê-la. Assim, no lugar da tradicional oposição entre constância o caráter virtuoso e a inconstância da fortuna, Maquiavel introduz a **virtú** política, como astúcia e capacidade para adaptar-se às circunstâncias e aos tempos, como ousadia para agarrar a boa ocasião e força para não ser arrastada pelas más, em outras palavras, Maquiavel inaugura a ideia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos.

05. A

Nicolau Maquiavel (1469–1527), para descrever a ação do príncipe (governante) usa de duas expressões italianas *virtú* e *fortuna*. A *virtú* significa virtude, no sentido grego de força, valor, uma qualidade de guerreiro e lutador forte e viril. Em Maquiavel, não se trata disto, mas sim da capacidade do príncipe de perceber o jogo das forças que caracteriza o momento político para agir, seja de qual maneira for, para alcançar seus objetivos. O pensamento de Maquiavel se aproxima com o texto da questão quando ela se aplica à fortuna, ou seja, a ocasião (pragmático) que não deve deixar escapar pelo príncipe e nela utilizar-se dos meios necessários para seus fins.

06. E

A alternativa E é a única correta. É justamente em “O príncipe” que foi explicitada a ideia de que os

fins justificam os meios, pois vale tudo para se manter a autoridade. O livro é praticamente um manual sobre o que um governante deve fazer e como deve se comportar para manter seu poder e provocar uma ruptura com a moral vigente. Maquiavel afirma ainda que para um bom governante é necessário possuir uma combinação de *virtú* (qualidades que um bom administrador e governante deve possuir para passar por cima dos obstáculos do destino) com fortuna (sorte).

07. E

Entende-se que a moral cristã transcende a autoridade do Estado ao passo que todo membro da comunidade pode recorrer sempre que o poder temporal atentar contra os direitos essenciais e inalienáveis.

08. D

Para se manter no poder o príncipe, segundo Maquiavel, não deve seguir as virtudes cristãs ou quaisquer outras que sejam externas à política, é importante para o príncipe de *virtú* aparentar possuir tais virtudes. Vale ressaltar que isso não exclui o dever do príncipe de se utilizar da força quando necessário para a manutenção do Estado.

09. B

Quando o príncipe não deve deixar de escapar a fortuna, significa que não deve deixar a ocasião porque de nada adiantaria um príncipe virtuoso, senão soubesse ser precavido ou ousado, aguardando a ocasião propícia da sorte ou do acaso das circunstâncias, para isso, ele tem de ser um observador da história.

10. D

Somente a alternativa D está correta. Maquiavel pode ser considerado como o primeiro cientista político moderno, justamente por pensar a política a partir de suas demandas internas, e não por um julgamento moral ou religioso. Nesse sentido, na obra *O Príncipe*, ele analisa como a política deve ser orientada no sentido da conquista e da manutenção do poder.

AULA 17

01. A

Platão defendeu a teoria de que o conhecimento verdadeiro se encontra no mundo inteligível (Mundo das Ideias), representado pelas ideias perfeitas que não sofrem a corrupção, captadas pelo pensamento. Neste mundo, as ideias estão organizadas hierarquicamente das mais elevadas a de menor perfeição, sendo o bem, o belo e o justo as ideias mais elevadas. Oposto ao Mundo das Ideias está o Mundo Sensível (Mundo da Matéria). Neste mundo residem os objetos que temos acesso, porém estes são cópias imperfeitas captadas pelos sentidos. Desta forma, qualquer representação das ideias ou da beleza são apenas imitações (*mimesis*) das coisas sensíveis e não das verdadeiras ideias. Assim, a

arte é uma imitação inferior da perfeição das ideias, sendo considerada como uma mera ilusão para os sentidos. De forma diferente, embora Aristóteles concorde que a arte é imitação, isto não ocorre da mesma forma que Platão. Para este filósofo, a arte é uma imitação de coisas possíveis que não tem realidade, mas podem vir a ter. A *mimesis* é algo natural dos seres humanos, como forma de invenção da realidade. Portanto, a arte representa possibilidade de compreensão e conhecimento da realidade, servindo também como aprimoramento do ser humano na busca de sua realização moral, nas palavras do filósofo é uma “catarse” que por meio da educação dos sentidos conduz o ser humano ao equilíbrio. A alternativa A é a única que se enquadra nas teorias explicitadas.

02. D

Apesar de aparentemente confusa, a questão pode ser facilmente respondida com uma boa leitura do texto do enunciado. Ali, se afirma que, na antropofagia, “não se trata mais de deglutir as vanguardas europeias para criar uma arte brasileira, mas de **expelir as informações para refletir sobre o que de fato interessa devorar**, repensando nossa condição de consumidores da cultura”. Nesse sentido, esse movimento não corresponde a uma rejeição ou assimilação absoluta das vanguardas europeias, mas uma assimilação parcial com uma rejeição refletida, como afirma somente a alternativa D.

03. A

O belo, sendo exposição quase tautológica da forma, garante a redução de um conteúdo com interferência mínima do imperfeito. O belo ajuntado em uma pintura sublime é a consagração de um formalismo absolutamente adequado para a matéria, porém, esta consagração é efetivada por mãos precisamente profanas. Se o belo é aquilo exatamente adequado, então o feio é aquilo imprecisamente inadequado. O feio é o desconcerto, é aquilo que recupera a necessidade de olhar mais uma vez e tentar uma nova perspectiva. O feio reformula o belo. O feio é a profanidade da obra de arte que exige a reposição do homem perante sua experiência no mundo e a recriação da experiência como tentativa de alcançar novamente algo sublime.

04. D

A Estética relaciona-se com um tipo de conhecimento que é captado pelos sentidos. O gosto e a beleza dependem da forma como o sujeito, mediante os sentidos, percebe os objetos.

05. A

Uma análise filosófica possível de ser feita em consonância com o argumento do texto é considerar a leitura de obras literárias um elemento de reflexão. Assim, a alternativa que está de acordo com essa linha de pensamento é a

A, dado que todo o processo de formação é também um processo de reflexão.

06. D

O texto afirma que a experiência estética exige não somente uma experiência sensorial, mas também uma ação do intelecto. Nesse sentido, estética exige tanto o sentir quanto o pensar humano, tal como afirma a alternativa D.

07. C

Walter Benjamin explica, a partir da história, esta transformação da “áurea” da obra de arte no modo de perceber a realidade, segundo o filósofo, na medida em que a história se constrói, bem como na medida em que o homem constrói a história, sua percepção também se modifica.

08. E

Segundo Kant, o juízo estético advém do prazer gerado, não havendo necessidade de estar relacionado com qualquer conhecimento acerca do objeto. Nesse sentido, esse corresponde a somente uma intuição de ordem subjetiva, de acordo com a forma que o sujeito percebe o objeto.

09. C

Segundo Adorno, no sistema capitalista, a arte se torna mercadoria. Sua produção e divulgação estão, portanto, a serviço do capital. Nessa lógica, os gostos são modelados pela indústria cultural em benefício do mercado e a arte do ser humano autônomo não existe.

10. E

A alternativa E é a incorreta. Esta apresenta a visão de senso comum a respeito do gosto, o que é bem diferente da investigação filosófica a respeito da estética. Afirmar que a estética está destinada ao fracasso utilizando-se do argumento de que “gosto não se discute” corresponde a um erro metodológico.

AULA 18

01. D

Platão, autor deste primeiro texto, é, se pudermos dizer em uma palavra, representante do pensamento *dualista* que admite a existência de dois mundos: o mundo das **ideias imutáveis**, eternas e o mundo das **aparências sensíveis**, mutáveis o que anula imediatamente a questão C. Ao pensarmos no mundo das ideias de Platão, necessariamente notamos o único mundo verdadeiro, uma vez que o mesmo admite uma certa realidade do mundo sensível exatamente porque participa do mundo das ideias do qual é uma cópia ou, mais precisamente, uma sombra. Um belo animal, por exemplo, só é belo porque participa da Beleza em si. Deste modo a visão metafísica da morte apresentado por Platão como um “sono que conduz a alma para outro lugar” está ligada à doutrina das Ideias, quer dizer, a esperança da imortalidade da alma que é feita para as Ideias – visto que sua união com o corpo

é acidental e assustadora – viaja para conversar com os deuses.

O segundo texto, de natureza jornalística, descreve, diferentemente de Platão a morte como um evento lucrativo, requintado e pomposo. A sociedade neoliberal permite que a indústria da propaganda explore não só a erotização do amor, bem como a morte que é colocada como um objeto a ser usado no meio lucrativo da venda. O respeito pela morte é negligenciado neste tipo de sociedade convertendo-se em um espetáculo de consumo.

02. D

Parmênides de Eleia escreveu um famoso poema no qual expõe suas ideias. Nos fragmentos restantes encontramos a poesia do filósofo-poeta sobre o Escolhido, que com a permissão da Justiça, é conduzido à Musa pelas Filhas do Sol para lhe ser revelada a Verdade e toda a Verdade. Segue um fragmento desse poema, que apenas supostamente é chamado de *Sobre a natureza*.

“eu te direi, e tu, recebe a palavra que ouviste, Os únicos caminhos de inquérito que são a pensar: O primeiro, que é; e, portanto, que não é não ser, de Persuasão, é caminho, pois à verdade acompanha. O outro, que não é; e, portanto, que é preciso não-ser. Eu te digo que este último é atalho de todo não crível, Pois nem conhecerias o que não é, nem o dirias...”

(tradução de José Cavalcante de Sousa, “Parmênides de Eleia”. In: Os pré-socráticos, coleção **Os Pensadores**)

O poema é dividido em duas partes, sendo a primeira referente à verdade, ou àquilo que é um, imutável, uniforme e sendo a segunda referente às opiniões, ou àquilo que é múltiplo, mutável, disforme.

03. D

A chamada revolução kantiana ocorreu em âmbito filosófico. Criticando os inatistas e os empiristas, Kant deixou de considerar a questão de conhecimento uma questão sobre a natureza dos objetos, mas da capacitada humana de conhecê-los. Assim, ele estabeleceu a distinção entre o fenômeno (aquilo que o homem pode conhecer) e a coisa em si (aquilo que é incognoscível).

04. E

De acordo com Aristóteles, na “Metafísica”, existem quatro causas que explicam a existência e o devir dos entes ou seres. São elas, a causa formal, a causa material, a causa eficiente e a causa final. Todas as quatro causas são definidas, sendo as duas primeiras, constitutivas e as duas últimas, as causas do devir (movimento dos seres). De acordo com Aristóteles, todos os seres existentes, persistem buscando realizar um fim, portanto há uma intencionalidade no movimento, ao acidente, entretanto, não pode ser atribuída nenhuma causa definida.

05. E

Parmênides de Eleia escreveu um famoso poema no qual expõe suas ideias. Nos fragmentos restantes encontramos a poesia do filósofo-poeta sobre o Escolhido, que com a permissão da justiça, é conduzido à Musa pelas Filhas do Sol para lhe ser revelada a Verdade e toda a verdade. Segue um fragmento desse poema, que apenas supostamente é chamado de sobre a natureza:

“eu te direi, e tu, recebe a palavra que ouviste, Os únicos caminhos de inquérito que são a pensar: O primeiro, que é; e, portanto, que não é não ser, De Persuasão, é caminho, pois à verdade acompanha. O outro, que não é; e, portanto, que é preciso não-ser. Eu te digo que este último é atalho de todo não crível, Pois nem conhecerias o que não é, nem o dirias...” (tradução de José Cavalcante de Sousa, “Parmênides de Eléia”, in os pré-socráticos, coleção Os Pensadores)

06. E

Principal personagem da revolução científica iniciada no século XVI, Galileu Galilei procurava compreender o universo através de relações e equações matemáticas, sem recorrer à ideia de Deus como causa primeira das coisas, que foi substituída pela continuação matemática de movimento de átomos, sendo assim, somente a alternativa E está correta.

07. D

A ciência à qual se referem às duas frases é chamada por Aristóteles, em sua obra *Metafísica*, de Filosofia Primeira, responsável por estudar as essências das coisas. Atualmente, utiliza-se simplesmente o nome de Metafísica (ou, em alguns casos, ontologia) para se referir a esse campo de investigação filosófico.

08. A

As afirmativas I e II são as únicas corretas e de acordo com o texto do enunciado. Os prazeres não correspondem ao mais alto grau de conhecimentos, tampouco a sabedoria pode ser definida como ciência das causas particulares. Aristóteles faz uma distinção entre diversas formas de sabedoria, como a sabedoria prática, a filosofia e a política.

09. B

A questão exige um bom domínio dos problemas filosóficos enfrentados por Kant. O texto se relaciona com a opção do autor por enfrentar as questões metafísicas. Retomando a crítica de Hume de que o conhecimento é fruto de hábitos associativos, Kant coloca a questão de quais são os limites do conhecimento, elaborando, assim uma crítica da razão humana para responder à questão se é possível ou não uma metafísica.

10. E

Aristóteles concebe quatro causas primeiras que explicam a origem, o motivo e o ser das coisas (essências): causa material (a matéria que é feita

uma coisa), a causa formal (a forma que uma essência possui), a causa eficiente (a origem da essência) e a causa final (que dá a razão para alguma coisa existir). É em relação a esta última causa que se pode dizer que Aristóteles compreende um fim para toda realidade da natureza dos seres.

AULA 19

01. C

Para Merleau-Ponty, a corporeidade possui intrinsecamente uma dimensão de expressividade. O sujeito encarnado assume uma posição na qual as ações que realiza transcendem o orgânico do corpo para produzir a sua vida cultural. A linguagem, portanto, possui uma centralidade fundamental na realização do ego, pois não apenas expressa aquilo que intrinsecamente faz parte do corpóreo, mas também estabelece a significação, segundo a qual o sujeito se realiza como coisa cultural.

02. A

De acordo com o que é referido no próprio texto, ao entrar em um “chat” é necessário usar um “nick”, apelido que preserva o anonimato da pessoa. Isso permite que “ocorra diálogo sem exposição da identidade real dos indivíduos” e não haja controle sobre a veracidade das informações prestadas.

03. E

É um tanto complicado falar do homem e da sua humanidade com tanta precisão e soberba. O homem não é tanto assim que se impõe e domina soberano. Há certamente uma capacidade de manipular as coisas naturais, porém ela é um tanto limitada e o homem depende absolutamente dela para sua sobrevivência e seu conforto. O homem, também, não se distingue absolutamente daquilo que rodeia. Caso tenhamos alguma compreensão daquilo que o texto quis dizer, possuímos uma consciência sobre nós mesmos e sobre nossas capacidades, isto é, reconhecemos que somos diferentes do restante. Entretanto, teríamos como nos diferenciar totalmente, a ponto de não percebermos mais como nos originamos de mesma natureza? A questão levanta temas interessantes, todavia apresenta todos eles de maneira arbitrária sem nenhum fundamento firme e conceitos claros.

04. C

Somente a afirmativa III é totalmente correta. Segundo o autor do texto, a existência da linguagem é o que possibilita a existência da cultura e de regras de parentesco. Isso está de acordo com as ideias de Leibniz e Herder. Entretanto, vale ressaltar que em nenhum momento é afirmado que a linguagem, por si só, garante a passagem do estado natural para o cultural.

05. C

Se há algo como razão, ela deve ser universal. A racionalidade deve refletir princípios objetivos, cuja

validade é independente do nosso ponto de vista, ou seja, princípios que qualquer ser racional é capaz de reconhecer como corretos. Mas, esta generalidade da razão é o que relativistas e subjetivistas negam sempre e cada vez mais. Tal subjetivismo não é apenas uma frescura intelectual, mas sim uma argumentação contraposta a outras. A contínua propagação desta posição relativista ameaça a construção de um discurso público e exacerba divisões profundas na nossa sociedade. *A última palavra* de Nagel defende o racionalismo contra os ataques do subjetivismo, dizendo que a resolução das disputas sobre a validade objetiva de qualquer área da razão deve estar em pensamento não-qualificado sobre como as coisas são, isto é, pensamentos que não podemos considerar meras disposições subjetivas.

06. E

Pode-se dizer que o uso da linguagem é uma característica humana. Entretanto, a linguagem não é inflexível, pois se modifica historicamente. Além disso, não existe somente a linguagem oral para comunicação entre os homens, mas também, a escrita, a artística, entre outras, dependendo da concepção que se faz.

07. B

Contrariamente à visão representacional, agora, na concepção pragmática de linguagem, não há mais a reificação de conceitos universais, nem tampouco a noção de verdade absoluta. A visão pragmática procura investigar os diversos usos da linguagem, adotando uma posição histórica e contextualizada.

08. A

“o homem é um animal político” (Zoon politikon). Somos políticos porque vivemos em grupo e necessitamos de organização. E a organização foi estabelecida através da linguagem.

09. C

Os jogos de linguagem se constituem a partir das regras de uso – de caráter convencional e pragmático – que determinam nos contextos dados o significado que as expressões linguísticas têm. A linguagem não é privada; não é a subjetividade, a estrutura da nossa mente, que constitui o significado, mas as práticas, as formas de vida.

10. C

Na construção da filosofia analítica, Russell teve um importante colaborador: o filósofo, matemático e linguista austríaco: Ludwig Wittgenstein, que havia sido discípulo do pensador britânico. Depois, porém, afastou-se de seu mestre ao desenvolver uma concepção totalmente distinta sobre o papel da linguagem, o que o levou a abandonar o projeto propriamente analítico.

AULA 20

01. D

No Renascimento (século XV), período no qual Leonardo da Vinci viveu, a pintura buscava representar e principalmente expressar a unidade entre matéria e forma, entre físico e espiritual. O belo estava justamente naquela imitação da natureza que possuía como finalidade a representação do divino, a representação daquilo que é formalmente perfeito. Dentro desse clima de época a obra de da Vinci aparece como uma investigação científica da natureza, cuja finalidade é conhecer a estrutura e a harmonia que compunha o corpo e a natureza em geral.

02. C

Somente a assertiva III é falsa. A arte contemporânea não assume essa relação do homem com transcendente. Ela é uma forma de relacionar a arte com as coisas mundanas: a tecnologia, a cidade, a natureza, entre outros. Na medida em que rompe com as construções tradicionais da arte, estabelecendo novas relações, linguagens, desenvolvendo novas técnicas, problematizando e quebrando paradigmas, pode-se dizer que ela se torna uma arte reconhecível somente para iniciados.

03. D

O ato de gastar pouco está relacionado com *virtù* que o príncipe deve possuir para conservar o poder do estado. Nisso, percebe-se como a ética de Maquiavel extrai seus fundamentos da própria política, não de qualquer outro fundamento religioso ou moral.

04. B

Um dos conceitos que define Bioética (“ética da vida”) é que esta é a ciência “que tem como objetivo indicar os limites e as finalidades da intervenção do homem sobre a vida, identificar os valores de referência racionalmente proponíveis, denunciar os riscos das possíveis aplicações”

(LEONE; PRIVITERA; CUNHA, 2001).

05. B

A crítica da Escola de Frankfurt ao cientificismo relaciona ciência com mito.

06. C

De acordo com Locke, o estado de natureza (a condição natural da humanidade) é um estado de perfeita e completa liberdade para alguém conduzir a sua vida como considerar ser apropriado e livre da intervenção dos outros. Todavia, essa liberdade não é total. Apesar de não existir um código civil em um governo para impedir as transgressões, o estado de natureza não é sem moralidade. O estado de natureza é anterior à política, porém não é anterior à moralidade. Existe no estado de natureza uma observação de leis naturais que estabelecem uma igualdade entre todos os homens e, por conseguinte, também a igualdade dos direitos de todos os homens à vida, saúde, liberdade e posses –

essa lei natural que estabelece a igualdade entre os homens e é base da moralidade é dada a nós por Deus. Como todos nós somos de Deus e não podemos retirar de ninguém o que é por direito Dele, então há uma proibição fundamental em maltratar qualquer outro. Estabelecida essa moralidade, o estado de natureza é um estado de liberdade plena para perseguir livre de interferências o próprio interesse, os próprios planos, etc., porém tal liberdade não significará liberação incondicionada. Isso não quer dizer, todavia, que comportamentos desviados dessa lei natural não aconteçam e se este tipo de comportamento que usurpa de outro a sua propriedade ocorrer, então surge o risco de ele se transformar em tendência. Para deter essa tendência surge a necessidade de instituir uma autoridade civil através de um contato que manterá a liberdade, porém restringirá o comportamento desviado daqueles que usurpam aquilo que é propriedade de outros. A natureza do governo estabelecido pelo contrato é garantir o bem-estar das pessoas, de modo que se tal governo estabelecido não cumprir a sua finalidade as pessoas podem se insurgir contra ele.

07. A

Walter Benjamin descreve a agitação da cidade e a emoção que sentia em contemplar essa cena. Nesta manifesta-se, portanto, uma noção de belo resignificado, que agora aparece justamente na plasticidade do cotidiano.

08. A

A linguagem agostiniana contém um ensinamento muito rico a respeito da correspondência de cada palavra a um objeto. Melhor dizendo: Agostinho indica que a palavra substitui o objeto, e também que a mesma se refere à mente: o critério para a significação da palavra é o espírito que traz em si a imagem do objeto. Eis o processo cognitivo: o início do conhecimento – futuramente proferido pela linguagem – se dá a partir da coisa significada e primeiramente apreendida pelos sentidos. Só após o conhecimento da coisa é possível associá-la a uma palavra e seu respectivo som. Tendo isso em vista, é notável ver em sua filosofia a utilidade das palavras apenas enquanto serviço do conhecimento, ou seja, quando funcionam como sinais. A função da razão presente nas palavras é significar algo na realidade. Através delas o ouvinte associa seu som como aquilo presente em sua memória. As palavras são os significantes dos nomes.

09. D

Sobre os campos de estudos da filosofia pode-se dizer que o item D, é o correto. Não existe na filosofia o misticismo enquanto campo de estudo. A ontologia não é um estudo científico, mas filosófico a respeito dos entes. E por último, a epistemologia estuda o conhecimento e não os temas póstumos.

10. C

Além do conhecimento demonstrativo, a ciência é um conhecimento eficaz, isto é, capaz de permitir ao homem não só conhecer o mundo, mas também dominá-lo e transformá-lo. O método galileano é o da concepção racionalista da ciência, cujo modelo de objetividade – que se estende dos gregos até o final de século XVII – é matemático, pois afirma que a ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a matemática, portanto, capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados, sem deixar nenhuma dúvida. Uma ciência é a unidade sistemática de axiomas, postulados e definições, que determinam a natureza e as propriedades de seu objeto, e de demonstrações que provam as relações de causalidade que regem o objeto investigado.